

## Meridiano 47 - Journal of Global Studies



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

### REFERÊNCIA

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. O fortalecimento do sistema unipolar, guerra vitoriosa contra o terrorismo e vulnerabilidade da América Latina. **Meridiano 47**, Brasília, v. 3, n. 27, p. 25-38, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4514/3769>>. Acesso em: 04 maio 2018.

# O fortalecimento do sistema unipolar, guerra vitoriosa contra o terrorismo e vulnerabilidade da América Latina

Eduardo Viola\*  
Héctor Leis\*\*

Este artigo tem como objetivo fazer um balanço da evolução do sistema mundial, focalizado na dimensão de segurança, no ano transcorrido desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

O artigo tem as seguintes sete partes: 1 – as quatro dimensões de clivagem e alinhamento no sistema mundial; 2 – o fortalecimento do sistema unipolar e dos Estados; 3 – o incremento da segurança não compromete a democracia nos EUA; 4 – a nova doutrina da segurança nacional nos EUA e a substituição da contenção e dissuasão pelo ataque preventivo; 5 – o confronto com o radicalismo islâmico; 6 – a negligência americana acentua a dificuldades de América Latina; e, 7 – a resposta brasileira: a difícil navegação do governo entre a vulnerabilidade financeira externa, a divisão entre as elites e o antiamericanismo de segmentos da população.

## 1 – AS QUATRO DIMENSÕES DE CLIVAGEM E ALINHAMENTO NO SISTEMA MUNDIAL

Compreender a complexidade do mundo pós 11 de setembro de 2001 nos demanda ir além dos principais enfoques teóricos das relações internacionais – o neo-realismo e o institucionalismo liberal – diferenciando quatro grandes dimensões de clivagem e alinhamento: interestatal, civilizatória, democracia versus não democracia, e dentro da democracia, liberalismo versus comunitarismo.

Em primeiro lugar temos a clássica clivagem entre os Estados nacionais que continua sendo uma

fonte fundamental de competição e cooperação, com uma diminuição do peso relativo do conflito e um aumento do peso da cooperação (comparado com o período da Guerra Fria) devido à intensificação da interdependência econômica e tecnológica. Na ordem interestatal os EUA ocupam uma posição de superpotência, sendo que na sub-dimensão militar ocupam uma posição de hiper-super-potencia e na sub-dimensão econômica compartilham a centralidade com a União Européia e Japão. A seguir vem as potências regionais: Rússia, China, Índia e Brasil. Pela eficácia e eficiência de sua governabilidade os Estados podem ser classificados em Desenvolvidos, Emergentes, Semifracassados e Fracassados.

Na segunda dimensão temos a diferenciação entre as grandes civilizações, do qual a obra de Huntington tornou-se referência fundamental, a saber: Ocidental, Latino-americana, Eslava, Japonesa, Confuciana, Islâmica, Hinduísta e Africana. A civilização Ocidental ocupa definitivamente o lugar de vanguarda do processo civilizatório porque a combinação da economia de mercado, o individualismo, o Estado de direito e a democracia representativa produziram uma sociedade muito superior no domínio da natureza e na construção de uma tecnosfera. A civilização Japonesa já convergiu plenamente com a Ocidental. A civilização Latino-americana apresenta hoje alta heterogeneidade, indo desde a bastante convergência com Ocidente, nos casos de Chile, Costa Rica, Uruguai, Brasil e México até

\* Professor titular do departamento de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Foi professor visitante das Universidades de Stanford, Colorado, Notre Dame, Georgetown e Amsterdam.

\*\* Professor adjunto do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor visitante das Universidades de Buenos Aires e Rosário.

a máxima distância, nos casos de Cuba, Haiti, Nicarágua, Guatemala e Honduras. A civilização Eslava inicia apenas em 1989 o processo de aproximação com Ocidente, sendo que essa aproximação é cheia de avanços e retrocessos. Desde o 11 de setembro a liderança de Putin na civilização Eslava está produzindo uma aceleração da convergência com Ocidente. A civilização Confuciana é impulsionada na direção da convergência com Ocidente por causa do vetor tecnológico e é impulsionada para tomar distancia com Ocidente pelo vetor sócio-psicológico. A civilização Hinduísta mantém-se muito distante de Ocidente na medida que conserva o regime de castas, mas aproxima-se de Ocidente por causa do vetor tecnológico e pela democracia política. A civilização Islâmica está atualmente em processo de confronto com a civilização Ocidental e, em menor medida, com as civilizações Hinduísta, Eslava e Chinesa. Após a Segunda Guerra Mundial começou um processo significativo de reforma secularizante em vários países do mundo islâmico, mas a derrota dos árabes nas guerras contra Israel, em 1967 e 1973, e a queda do Sha de Irã em 1979, inverteram esse processo, levando a um progressivo deterioro dos laços do Islamismo com o secularismo e com Ocidente em particular. A civilização Africana depois de ter sido parcialmente ocidentalizada durante o período colonial de meados do século 19 a meados do século XX está em processo de devastadora regressão, sendo território fértil para o avanço do Islamismo.

Na terceira dimensão temos a clivagem entre o Mundo Democrático (fortemente enraizado nas civilizações Ocidental e Japonesa, quase consolidado em algumas partes da civilização Latino-americana, e frágil em outras partes de América Latina e nas civilizações Hinduísta e Eslava) e o Mundo Não-democrático (a maior parte das civilizações Chinesa, Islâmica e Africana).

Na quarta dimensão temos, dentro do Mundo democrático, a clivagem entre o liberalismo e o comunitarismo. O liberalismo é a corrente dominante

em todo o mundo democrático (exceto Japão) e se baseia no predomínio do indivíduo sobre os grupos, no predomínio do mercado sobre a política, na meritocracia e na representação política com participação esporádica através dos partidos políticos. O comunitarismo é uma corrente secundária dentro do mundo democrático (exceto no Japão onde é predominante), tendo tido períodos de grande avanço como na rebelião estudantil de 1968, na utopia da governabilidade através da sociedade civil mundial logo depois do fim da Guerra Fria, e no movimento antiglobalização de Seattle a Porto Alegre. O comunitarismo se baseia no predomínio do grupo sobre o indivíduo, no predomínio da política sobre o mercado (sendo que nas suas formas mais extremas existe uma rejeição do mercado) e na alta participação política através de múltiplas estruturas associativas, sejam mais adscritivas (por gênero, etnia, língua e categoria profissional) ou mais baseadas nas opções construídas individualmente (como os movimentos sociais ambientalista, antinuclear, pacifista e culturais).

## 2 – O FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNIPOLAR E DOS ESTADOS

Em fins do século XX o mundo aumentou poderosamente seu grau de imprevisibilidade e potencialidade para o caos, sendo que o crescimento das redes de terror global e do crime organizado transnacional (em torno do tráfico de drogas, armas, migrantes, animais silvestres e prostituição) tornou necessário atualizar a idéia de império e de Estados fortes, em geral. A combinação de Estados fracassados e semfracassados com terrorismo e crime a escala global gera uma clara demanda por um “império” (ou Estado-imperial) à altura dos tempos, comprometidos com os direitos humanos e os valores cosmopolitas. O componente essencial da governabilidade para um mundo globalizado econômica e tecnologicamente continua sendo a antiga *dura lex*. A questão imperial não deve ser vista

hoje da perspectiva dos Estados nacionais, mas do direito. Hoje existe uma grande quantidade de Estados nacionais (cujo número aumenta exponencialmente) que dependem cada vez mais da ajuda externa para impor a lei em seus próprios territórios e populações. Em décadas passadas, ainda era possível pensar que a governabilidade desses Estados dependia dos processos de transição do autoritarismo para a democracia, ou das várias alternativas oferecidas pelo capitalismo e o socialismo. A vitória global do capitalismo liberal e democrático contra o comunismo e os vários populismos terceiomundistas, em fim do século 20, colocou em forma clara que o problema de certos países não é de escolhas erradas no nível de regime político ou de modelo econômico, mas de severos fracassos na construção de seus Estados. Iugoslávia, Somália, Serra Leoa, Angola, Moçambique, Ruanda, Congo, Afeganistão, Uzbequistão, Paquistão, Indonésia, El Salvador, Nicarágua, Colômbia e Haiti formam parte de uma longa lista de sociedades que evidenciaram ou evidenciam um quadro político impossível de ser administrado sem algum tipo de intervenção externa. A relação entre o sucesso ou fracasso social e econômico de um país (ou miséria) é o sucesso ou fracasso de seu Estado.

Num mundo globalizado constituído por um grande número de Estados fracassados e/ou semifrassados torna-se imprescindível à existência

de um poder supranacional que garanta o exercício da lei a nível global. Obviamente, a existência desses

*“Num mundo globalizado constituído por um grande número de Estados fracassados e/ou semifrassados torna-se imprescindível à existência de um poder supranacional que garanta o exercício da lei a nível global. Obviamente, a existência desses Estados inviabiliza qualquer instância supranacional do tipo das Nações Unidas, baseada na igualdade jurídica de todos os Estados. Resta, portanto, como única alternativa à construção pragmática de um “império” que viabilize e operacionalize a ordem global e os nascentes sistemas intergovernamentais e transgovernamentais que estão surgindo da estrutura de Estados pós-westfalianos hierarquizados.”*

Estados inviabiliza qualquer instância supranacional do tipo das Nações Unidas, baseada na igualdade jurídica de todos os Estados. Resta, portanto, como única alternativa à construção pragmática de um “império” que viabilize e operacionalize a ordem global e os nascentes sistemas intergovernamentais e transgovernamentais que estão surgindo da estrutura de Estados pós-westfalianos hierarquizados. Porém, contra as exigências da realidade, não apenas se levantam as posições ideológicas tradicionais vindas do campo da esquerda e da direita, mas também a própria inércia do Estado norte-americano. Ainda quando o perigo dos Estados fracassados e semifrassados ameaça direta ou indiretamente aos EUA, Washington até agora só dá sinais claros de assumir a tarefa da repressão, mas não a do império da lei. Mesmo no país mais globalizado da história de Ocidente registra-se uma enorme dificuldade para entender corretamente o fenômeno da globalização e seus desafios.

No ano transcorrido depois do 11 de setembro o mundo tem se tornado mais unipolar e mais seguro para os países inseridos

consistentemente na globalização (todos os países desenvolvidos e uma parte dos países emergentes). Os EUA aumentaram sua centralidade do ponto de vista militar e de inteligência. A aliança contra o

terrorismo iniciada logo após o 11 de setembro tem um limitado caráter multilateral, de fato ela é muito mais um conjunto de alianças bilaterais/setoriais promovidas pelos EUA desde uma posição central, que um elaborado acordo multilateral (por isso o papel da ONU tem sido muito restrito). Essas alianças setoriais envolvem uma combinação variada de elementos políticos, diplomáticos, militares, policiais e econômicos. Ditas alianças são definidas por EUA como objetivando a destruição de dois inimigos: 1 – redes terroristas globais; e, 2 – regimes extremistas que produzem armas de destruição em massa e procuram realizar chantagem aos EUA e as democracias com a ameaça do seu uso. Os EUA conseguiram pleno apoio, em relação ao primeiro objetivo, e apenas parcial, em relação ao segundo objetivo. Entre as principais alianças setoriais de EUA, cujo conjunto constitui a chamada aliança global contra o terrorismo, devemos destacar as seguintes: 1 – a aliança principal e mais profunda com o Reino Unido, que coloca a este país na posição central de ser o único com capacidade de influir diretamente nas macrodecisões americanas; 2 – a aliança com Alemanha, França, Itália, Japão, Austrália e Turquia (que implicou no envolvimento direto de forças militares desses países no teatro de guerra de Afeganistão) e com os países da OTAN em geral, que implica numa forte cooperação nas áreas de inteligência, policial e bancária para desmantelar células terroristas; 3 – a aliança com Rússia, que dá a esse país um lugar central no suprimento de petróleo para EUA e reconhece uma parceria estratégica para Rússia em relação à governabilidade do Cáucaso e da Ásia Central, embora EUA não tem conseguido persuadir a Putin com relação a cortar a cooperação econômica com Iraque, Ira e Coreia do Norte; 4 – a aliança com Paquistão, que obrigou ao governo de Musharraf a abandonar o apoio ao Taliban e a combater as bases de terrorismo islâmico dentro de Paquistão, sendo este o caso de maior mudança de um país com relação à situação previa ao 11 de setembro; 5 – a aliança com a Índia,

que reconhece a este país a plena legitimidade para combater o terrorismo islâmico na Caxemira, fortemente apoiado pelo Paquistão até o atentado ao Parlamento indiano de dezembro de 2001; 6 – a aliança com a China, que diminui a pressão ocidental com relação às violações dos direitos humanos neste país e reconhece o papel da China na governabilidade de Ásia Central; 7 – a aliança com Israel, que permite a este país combater o terrorismo palestino sem os condicionamentos externos anteriores ao 11 de setembro; e, 8 – a “aliança” com a maioria dos países islâmicos, que responsabiliza a seus governos pelo combate às redes terroristas existentes em seus países.

Apesar da aliança contra o terrorismo ter tido uma decisiva vitória no Afeganistão (derrubada do regime Taliban, destruição de parte importante do coração de Al Qaeda, formação de um governo provisório em Afeganistão comprometido com a governabilidade global e a luta contra o terrorismo, e compromisso da maioria dos países desenvolvidos de contribuir na reconstrução de Afeganistão), o processo está longe de sua conclusão. A seguir destacamos os quatro principais fatores que ameaçam à governabilidade global no momento atual: 1 – redes terroristas ancoradas no fundamentalismo islâmico, que continuam existindo em muitos países islâmicos do Oriente Médio, Ásia e África (apesar de terem agora um ambiente mais hostil para desenvolver-se e operar); 2 – redes terroristas ancoradas no fundamentalismo islâmico, que continuam existindo dentro da diáspora islâmica em países não-islâmicos, principalmente na Europa e EUA (apesar da eficácia dos sistemas de inteligência e policiais que impediram até agora a realização de novos atentados, ainda quando houve a intenção declarada dos líderes da Al Qaeda de realizá-los); 3 – dois países com regimes políticos extremistas (Iraque e Coreia do Norte), que continuam rejeitando inspeções internacionais efetivas com relação à posse e fabricação de armas de destruição em massa; e 4 – os países pobres com Estados fracassados da África, Ásia e América Latina – e inclusive alguns países

Médios com Estados semifracoassados como Colômbia – estão infEstados de redes criminais sub e transnacionais (ligados ao tráfico de drogas, armas, migrantes, animais silvestres e prostituição) que são sempre um terreno fértil para o nascimento e desenvolvimento de redes terroristas. Para resolver este último problema, os países desenvolvidos deverão assumir parte dos custos e responsabilidades de reconstruir a governabilidade nos Estados fracassados e semifracoassados.

O ano transcorrido desde o 11 de setembro mostra uma nova realidade do poder mundial. O desempenho das forças armadas americanas tem sido de uma extraordinária eficácia, muito superior ao previsto por todos os analistas, devido a uma nova combinação de seis fatores: 1 – capacidade de bombardeio aéreo de longa distancia (B52 vindos da ilha Diego Garcia e B2 vindos do território continental de EUA) de alta precisão; 2 – forças especiais de alta mobilidade no teatro de operações sinalizando eletronicamente com máximo de precisão os alvos para os bombardeiros; 3 – aviões não pilotados (Predator) em missões permanentes de monitoramento e ataque; 4 – capacidade ilimitada de operação noturna; 5 – comando e controle global em tempo real; e, 6 – ‘deployment’ simultâneo aberto e encoberto de novas tropas em diversas funções de combate ao terrorismo em vários países do mundo (Afeganistão, Paquistão, Uzbequistão, Kirgístão, Turcmenistão, Geórgia, Filipinas, Iêmen, Catar, Oman, Kuwait, Somália, Colômbia). Para perceber a importância da revolução tecnológica militar atual, basta comparar os dados sobre bombardeios de alta precisão em relação ao total, na última década: 10% na Guerra do Golfo; 30% em Kosovo; e 80% em Afeganistão. Depois da Guerra de Afeganistão, o poder militar global americano aumentou de tal forma que se aproxima da supremacia absoluta. Em virtude de sua capacidade de fogo aéreo, EUA tem hoje um poder militar arrasador em qualquer região do mundo, sem necessidade de bases (próprias ou aliadas)

próximas. Em função de esta superioridade quase absoluta do poderio militar americano, se assiste ao nascimento de uma nova constelação de segurança, com centro nos EUA, que deixa para o Conselho de Segurança da ONU (órgão que reflete a estrutura de poder de um mundo que não existe mais, no qual a superioridade americana era menor, como foi durante a Guerra Fria ou durante o período 1989-2001) apenas um papel de legitimador simbólico de decisões processadas e tomadas na relação bilateral de EUA com os outros países militarmente importantes.

### 3 – O INCREMENTO DA SEGURANÇA NÃO COMPROMETE A DEMOCRACIA NOS EUA

Num ano os EUA tem conseguido melhorar extraordinariamente sua segurança interna sendo que quase todos os pontos de vulnerabilidade foram atacados com rapidez e consistência. O controle da entrada de passageiros nos aviões conta agora com um sofisticado sistema em três níveis: controle computadorizado sobre os passageiros desde o momento da compra da passagem (os programas são muito sofisticados na definição do alerta sobre determinados passageiros e conhecidos apenas por uma pequena elite do establishment da segurança o que dificulta enormemente seu conhecimento pelos terroristas), controle da bagagem e controle direto físico sobre os passageiros. Este sistema tem implicado uma demora média de uma hora a mais para abordar os aviões com relação ao período anterior ao 11/9, um preço relativamente baixo pago pelo dramático incremento da segurança.

O setor de transporte aéreo tem passado por dificuldades em todo o mundo, algumas delas derivadas de ineficiências corporativas ou regulatórias anteriores ao 11/9, mas tem sido um grande sucesso a recuperação da confiança dos consumidores no transporte aéreo. Devemos lembrar que logo após o 11/9 vários analistas previram um profundo e prolongado declínio do transporte aéreo. O êxito do



setor de transporte aéreo deve ser atribuído em grande medida as medidas tomadas nos EUA que tiveram um efeito de demonstração em grande parte do mundo.

As diversas forças de inteligência e law enforcement (federais, estaduais e municipais) compartilham seus dados e coordenam sistematicamente suas avaliações e operações. A compartimentalização da informação em poder do Estado, uma característica histórica da democracia americana, está suspensa, pelo menos por vários anos.

A rápida e incisiva reação da administração Bush e do Congresso nas semanas seguintes ao atentado produziram um re-estabelecimento parcial da confiança que fez que os processos produtivos, o comércio e as finanças internacionais continuaram funcionando com previsibilidade.

O conjunto da infra-estrutura dos EUA (pontes, portos, aeroportos, fronteiras, monumentos históricos, edifícios governamentais, etc...) conta hoje com condições de segurança rotineira muito superiores as vigentes antes de 11/9.

Nos EUA a democracia continua forte e vibrante. Este talvez seja o maior fracasso dos terroristas cujo objetivo central é minar a sociedade aberta produzindo medo generalizado, imprevisibilidade e arbitrariedade. Houve um aumento da preocupação com a segurança que afetou em pequena medida as liberdades civis para os estrangeiros em situação ilegal (aproximadamente oito milhões) e poderá afetar as comunidades de origem árabe muçulmano (aproximadamente quatro milhões) caso exista um novo ataque terrorista nos EUA. Estes dois setores representam aproximadamente 4% da população, mas sua situação é muito diferente da que foram submetidos os japoneses americanos logo depois do ataque a Pearl Harbour (neste caso houve sim diminuição significativa das liberdades civis) ou os simpatizantes da União Soviética durante o Macartismo (1950-53). Os estrangeiros detidos como suspeitos de conexão com o terrorismo somaram

1.200 no momento de pico e hoje são um número reduzido. O trato destes estrangeiros no cárcere foi sempre baseado no respeito aos direitos humanos. Os terroristas da Al Qaeda e do Taliban tomados prisioneiros em Afeganistão e detidos em Guantanamo são submetidos a interrogatórios sistemáticos, mas nunca a torturas físicas. Várias organizações de defesas de direitos humanos tem questionado a situação dos presos sem processo dentro dos EUA e dos prisioneiros em Guantanamo, sem reconhecer que se está vivendo uma situação excepcional que inclui uma ameaça de novo tipo não experimentada previamente na história humana, o terrorismo catastrófico, que combina terroristas suicidas, armas de destruição em massa e ter como branco a população civil.

#### *4 – A NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL NOS EUA E A SUBSTITUIÇÃO DA CONTENÇÃO E DISSUAÇÃO PELO ATAQUE PREVENTIVO*

O ano 2001 foi tão intenso no plano político-militar que implicou duas mudanças sucessivas na doutrina da segurança nacional americana. Com efeito, a doutrina de segurança nacional, vigente durante a presidência de Clinton, baseava-se na idéia de que os problemas de segurança nacional de EUA eram significativamente menores do que na Guerra Fria e significativamente inferiores comparados com as questões econômicas. A tradução militar desta doutrina implicava que as forças armadas deviam estar preparadas para ganhar duas guerras convencionais simultâneas, em teatros distantes do mundo. A dissuasão, tanto nuclear quanto convencional, continuava tendo o mesmo papel central que durante a Guerra Fria.

Com a chegada de Bush à Casa Branca, em janeiro de 2001, se formula uma nova doutrina de segurança nacional que propõe abandonar gradualmente a dissuasão nuclear através da construção de uma estrutura de proteção antimíssil –

primeiro contra um número reduzido de mísseis para proteger-se dos “rogue states” e depois contra números maiores de mísseis para proteger-se de Rússia e China. Um segundo componente da nova doutrina de segurança nacional era diminuir a dependência de petróleo importado do Oriente Médio e aumentar a produção de energia fóssil derivada do carvão (EUA tem reservas gigantescas) com o objetivo de afastar as suas forças armadas do envolvimento direto nas áreas mais críticas do mundo. Depois do 11 de setembro, se formula com bastante rapidez uma nova doutrina de segurança nacional, baseada no combate integral ao terrorismo global, que considera inimigo imediato e direto dos EUA a todos os países que derem refúgio ou sejam tolerantes com as redes terroristas e aos países que pretendem desenvolver armas de destruição em massa. Diferentemente da doutrina anterior, que pretendia isolar os EUA da insegurança do mundo, esta doutrina globaliza a questão da segurança dos EUA e é um novo e extraordinário acelerador da globalização em geral, a partir da globalização militar. Tanto para a primeira quanto a segunda doutrina Bush, as questões de segurança são mais importantes que as questões econômicas para o Estado americano, embora de um modo diferente que durante a Guerra Fria. Se a primeira doutrina Bush implicaria um aumento significativo dos gastos militares para desenvolver o escudo antimíssil, a segunda implica um aumento gigantesco dos gastos militares para o escudo antimíssil e para desenvolver uma máquina de guerra capaz de localizar e destruir o terrorismo a escala planetária. Um elemento decisivo, para o Estado americano poder enfatizar as questões de segurança é a disposição de sua população para aceitar os custos da guerra em termos de perdas de tropas (disposição que era quase inexistente nos anos posteriores ao fracasso de Somália, em 1993).

A nova doutrina de segurança de Bush com relação às redes terroristas e aos Estados terroristas está baseada em quatro pilares. O primeiro pilar é a destruição do Talibã e Al Qaeda em Afeganistão, este

objetivo já foi cumprido quase totalmente. O segundo pilar é guerra global a Al Qaeda utilizando efetivos militares abertos e encobertos em diferentes partes do mundo quando necessário. Embora a questão do poderio militar seja decisiva, do ponto de vista de sua dinâmica funcional, na guerra contra o terrorismo no mundo estão em primeiro lugar as operações de inteligência, em segundo lugar as operações de *law enforcement* (de estruturas policiais e de estruturas destinadas a combater os ilícitos transnacionais) e em terceiro lugar as operações especificamente militares. O terceiro pilar é a mudança de regime no Iraque sendo que o país é considerado uma ameaça aos EUA por duas razões: desenvolve ativamente armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) e mísseis para transportá-las sendo que já tem usado armas químicas contra o Iraque e contra os Kurdos; e poderia entregar essas armas a grupos terroristas ou poderia realizar chantagem aos EUA com o uso dessas armas. Neste pilar desenvolve-se a doutrina do ataque preventivo, diferente da doutrina da contenção e dissuasão que predominou durante a guerra fria e durante o período 1989-2001. A doutrina do ataque preventivo é ainda mal compreendida no mundo e desperta receios nos aliados europeus dos EUA e a grande maioria dos membros da comunidade internacional já que significa uma ruptura com a Carta das Nações Unidas e com a doutrina predominante durante a segunda metade do século XX. Há três fatores que explicam as diferenças entre os europeus continentais e os EUA com relação a um ataque preventivo ao Iraque: a – os europeus não sofreram até agora nenhum ataque similar ao 11/9 e sentem-se por isso menos ameaçados que os EUA; b – os europeus não se sentem ameaçados de um potencial ataque do regime de Saddam Hussein já que este define constantemente como seus inimigos os EUA, Reino Unido e Israel; e c – os europeus não dispõem da capacidade militar para fazer um ataque preventivo ao Iraque, somente os EUA tem os recursos para isso. Finalmente, no seu quarto pilar, a política dos EUA



objetiva, terminar com os programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa por parte de outros cinco países que as estão desenvolvendo (Ira, Coréia do Norte, Síria, Líbia e Paquistão). Considera-se que um ataque ao Iraque que leve a derrubada do regime de Saddam Hussein implicaria numa dissuasão eficaz dos outros cinco países com relação a seus programas de armas de destruição em massa.

### 5 – O CONFRONTO COM O RADICALISMO ISLAMICO

O Islamismo é uma religião que não tem sido transformada por um processo de reforma adaptativa a modernidade como foram a reforma protestante do século 16 e o Concílio Vaticano II no Catolicismo, que criaram condições para uma profunda separação da entre a religião e a política. Grande parte dos adeptos do Islamismo vivem hoje num imaginário coletivo que é próximo do mundo medieval e dos enfrentamentos com os Cristãos nas Cruzadas. O desenvolvimento crescente da tecnologia, do modo de vida materialista, do individualismo, da autonomia das mulheres e da liberdade sexual é percebido como uma forte ameaça por grande parte dos adeptos do islamismo. Este ressentimento do Islamismo com relação ao Ocidente era percebido como uma ameaça apenas residual até o 11 de setembro. A grande mudança é uma nova percepção que implica agora, por parte de Ocidente e em particular dos EUA, numa atitude de confronto ativo com o radicalismo islâmico, incluído um chamado constante para que os moderados do “main stream” do Islamismo condenem aos radicais.

O agravamento do conflito israelense-palestino no último ano deve ser analisado também no contexto do confronto ativo com o radicalismo islâmico e da guerra contra o terrorismo. Do ponto de vista da política externa americana os países de Oriente Médio podem ser classificados em três tipos: países com regimes democráticos restringidos, países com regimes autoritários pró-americanos e países com

regimes autoritários antiamericanos. Os países com regimes democráticos restringidos são Israel e Turquia. Em Israel a democracia é restringida pela definição religiosa do Estado que permite aos grupos fundamentalistas judaicos erodirem a cidadania dos israelenses de origem árabe e reivindicarem com sucesso parcial a realização da Grande Israel, ou seja, a absorção definitiva dos territórios palestinos ocupados na guerra de 1967 a través do estabelecimento de colônias. Na Autoridade Palestina constituída a partir dos Acordos de Oslo houve eleições, em 1996, quase sem competitividade e que deram um mandato transitório de três anos a Arafat. O regime construído por Arafat é autoritário, corrupto e tolerante com o terrorismo. Ele vinha sendo desafiado em duas frentes até 2000, de um lado, por grupos influenciados por Ocidente que demandam democratização, e, de outro lado, por grupos islâmicos radicais ( Hamas ) que procuram destruir Israel. Por causa deste duplo desafio Arafat tem feito um jogo duplo em quase tudo o período 1996-2002: condena o terrorismo em inglês e, em árabe, declara que os terroristas são mártires da causa; de um lado assina acordos de cessar fogo pressionado pelos americanos e, de outro lado, tolera ou impulsa ataques terroristas de Hamas e de sua própria organização a OLP. Em Turquia a democracia é restringida porque o esforço quase centenário de separação da religião islâmica do Estado ainda não foi plenamente concluído e existe uma ameaça latente de erosão da democracia pelos partidos islâmicos extremistas que pretendem re-islamizar o Estado e pelos militares que tenderiam a tomar o poder caso esses partidos ganhem a maioria parlamentar.

Nos países com regimes autoritários pró-americanos (Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Kuwait, Emirados, Oman e Catar) existe uma crescente oposição popular que se canaliza em duas vertentes: substituir o regime autoritário por um regime democrático e substituir o regime autoritário pró-americano por um regime autoritário antiamericano.

Ambas vertentes colocam-se contrárias à política externa americana, embora por razões opostas, os primeiros exigem uma política externa americana consistente com os valores democráticos e os segundos procuram derrotar os valores democráticos ocidentais e exigem uma retirada dos EUA do Oriente Médio.

Nos países com regimes autoritários antiamericanos existem situações bastante diferenciadas. No Irã tem havido um importante processo democratizador desde 1997 e uma parte crescente da população (particularmente a juventude) simpatiza com EUA e Ocidente, num movimento inverso do que aconteceu em fins da década de 1970, quando levaram ao radicalismo xiita ao poder e inauguraram uma fase de inversão do ciclo secularizante na política do mundo islâmico. O setor conservador do clero xiita é o principal suporte do Hizbola, grupo xiita (majoritário no sul do Líbano) que levou adiante devastadores ataques contra os americanos no Meio Oriente na década de 1980. Um setor do Estado iraniano foi provavelmente o suporte dos devastadores atentados em Buenos Aires contra a Embaixada de Israel em 1992 e contra uma associação filantrópica judaica em 1994.

No Iraque, Saddam Hussein mantém-se no poder utilizando a repressão sistemática e impiedosa dos opositores num contexto que pode ser considerado como totalitário antes do que autoritário e onde uma queda do regime a partir de sua dinâmica interna é pouco provável. Iraque outorga um prêmio de 25.000 dólares para as famílias de todos os terroristas suicidas que detonarem bombas contra Israel.

Na Síria o regime antiamericano tem conseguido adaptar-se bem á perda do seu protetor soviético e parece ter havido uma transição exitosa do poder de Assad pai para o filho, sendo que Damasco continua sendo a capital de diversos grupos terroristas que operam em outros países, em parte. O Líbano é uma sociedade profundamente dividida com uma

parte da população orientada para o capitalismo democrático e outra parte impulsando na direção de um regime islâmico radical com o apoio de Síria e do setor conservador clerical de Irã.

Com o início do governo Bush houve uma forte retração no envolvimento americano no conflito israelense-palestino. O 11 de setembro tem desafiado essa posição do governo Bush por duas razões: em primeiro lugar pela necessidade de atenuar o conflito para conseguir e manter o apoio dos regimes pró-americanos de Meio Oriente na guerra contra o terrorismo e em segundo lugar pela necessidade de definir a relação entre o terrorismo palestino e o terrorismo da Alqaeda. Existem duas visões no governo Bush no pos-11-9 sobre como lidar com o conflito israelense-palestino. Segundo a visão defendida por Rumsfeld se deve combater o terrorismo palestino assim como se combate o terrorismo global da Alqaeda, e, portanto, deve-se apoiar plenamente a Israel na destruição do terrorismo palestino. Segundo a visão defendida por Powel deve-se incentivar uma dinâmica negociadora por parte dos setores moderados dos palestinos e por isso deve-se diferenciar o terrorismo palestino do terrorismo da Alqaeda. Para o grupo Powel o terrorismo palestino teria um componente principal similar a Alqaeda, cujo combate por Israel deve-se apoiar plenamente, e um componente secundário de insurgência nacional derivada da situação de humilhação vivida pelo povo palestino, ao qual dever-se-ia incentivar a abandonar a luta armada e participar de negociações de paz. Outro fator de divisão na Casa Branca (com desdobramentos no conflito israelense-palestino) radica na estratégia de ataque a Iraque: para Powel o apoio dos regimes árabes pró-americanos nesse ataque é importante, entanto que para Rumsfeld é irrelevante. Contudo, os dois grupos estão fortemente unidos em apoiar um Estado Palestino com continuidade territorial e viabilidade econômica e nisto estão enfrentados com os radicais israelenses. Em junho de 2002 Bush inclinou-se em favor do seu

secretario de defesa quando definiu que o avanço na direção de um Estado Palestino tem como condição necessária à substituição de Arafat considerado a partir desse momento como uma liderança terrorista numa caracterização similar a do primeiro ministro de Israel, Sharon.

Divisão similar a existente com relação à questão palestina existe com relação ao modo de atacar a Iraque. O vice-presidente Cheney e o ministro de defesa Rumsfeld são partidários de atacar imediata e unilateralmente a Iraque, sem dar um ultimato para a volta dos inspetores da ONU porque consideram que essas inspeções não são eficazes, sem esperar participação de tropas aliadas exceto britânicas e sem esperar uma autorização do Conselho de Segurança da ONU. O secretario de Estado Powel é favorável a dar um ultimato a Iraque para a volta dos inspetores da ONU com mandato de inspeções intrusivas (diferentes por tanto das vigentes durante o período 1991-98), conseguir o apoio e a participação de alguns dos países da OTAN e procurar uma autorização no Conselho de Segurança da ONU. Dado o fato de que existe uma altíssima probabilidade da Rússia e da China vetarem no Conselho de Segurança da ONU uma resolução de ataque a Iraque, a posição do grupo Cheney-Rumsfeld é muito mais forte que a do grupo Powel.

## 6 – A NEGLIGÊNCIA AMERICANA ACENTUA AS DIFICULDADES DE AMÉRICA LATINA

América Latina nasceu da colonização ibérica, ou seja, da parte da Europa crista que tinha rejeitado militantemente a Reforma Protestante. Por causa disto a relação da América Latina com Ocidente tem sido sempre ambivalente. Em particular, chamam a atenção dois elementos (paradoxalmente, ao mesmo tempo contraditórios e complementares entre si) que condicionam fortemente o “sub-consciente” latino-americano numa direção anti-ocidental: 1 – o populismo autoritário, com raízes comuns na colonização ibérica e nas civilizações indígenas, que

tem conseguido se reproduzir ao longo do século XX endeusando ciclicamente a diversos caudilhos (políticos ou militares, de esquerda ou direita), dificultando a consolidação do Estado de direito, a democracia e a compreensão da importância suprema da lei por cima de qualquer outra coisa; 2 – a utopia do igualitarismo, fruto da união paradoxal entre o catolicismo da colonização ibérica (especialmente daquele que vem da vertente pró-indigenista) e as ideologias revolucionárias que vinham de Europa (especialmente daquelas inspiradas em Rousseau e Marx), que tende a anular as responsabilidades do indivíduo frente à sociedade, fazendo-o acreditar que as desigualdades de desempenho entre os indivíduos são fruto de desigualdades históricas marcadas pela injustiça. Obviamente, a crítica do igualitarismo não supõe legitimar o passado das sociedades latino-americanas, mas sim mostrar como o discurso do igualitarismo contra a injustiça, que no passado foi cometida contra classes ou grupos humanos, serve hoje para amparar o parasitismo e a irresponsabilidade social, impedindo o cumprimento de exigências básicas da sociedade moderna, como a correta avaliação dos méritos de cada indivíduo, assim como a correta aplicação da lei (já que, implicitamente, se pretende que o exercício da lei no presente abra exceções que contemplem as injustiças feitas no passado, até com ancestrais remotos).

Apesar dos importantes vínculos que América Latina mantém permanentemente com os Estados Unidos e os países de Europa Ocidental, sua dinâmica não apenas mostra uma enorme dificuldade de transformar seus valores de origem, mas também não conseguiu evitar a aquisição dos preconceitos próprios da sub-cultura latino-americana. Importantes setores dos Estados e das sociedades civis dos países latino-americanos continuam ainda situando suas estratégias de ação social e políticas de desenvolvimento num contexto de confusas idéias utópicas de fundo anticapitalista e anti-globalizante, onde os principais atores são as organizações da sociedade civil e o Estado nacional.

Comparado com o início da década de 1990, no início do século XXI tem se fortalecido uma cultura antiliberal que atribui as dificuldades e fracassos porque passa o continente às reformas econômicas liberalizantes. Devido a seu legado histórico (marxismo e estatismo nacionalista) esta corrente tem extrema dificuldade para perceber que na maioria dos países latino-americanos as reformas liberalizantes foram feitas apenas a medias. O déficit fiscal diminuiu, mas continuou sendo muito grande, segundo os parâmetros internacionais, e os governos sub-nacionais diminuíram sua capacidade de emissão secundária de moeda (o principal instrumento eram os bancos estaduais e provinciais), mas ainda conseguem transferir para a nação fortes déficits. Os Estados foram apenas parcialmente reformados nos melhores casos e nos piores continuaram como antes, sendo fonte de improdutividade e parasitismo. Os sistemas tributários continuaram tendo um alto custo transacional e tiveram um desempenho pobre no combate a evasão. Em vários países as privatizações envolveram significativas doses de corrupção, a substituição de monopólios estatais por monopólios privados e deficiências nos novos marcos regulatórios. Em muitos países não foram criados regimes monetários, cambiais e fiscais que trouxeram credibilidade e previsibilidade ao funcionamento da economia. Um banco central independente, crucial para a modernidade capitalista globalizada, continua sendo um sonho longínquo na maioria dos países latino-americanos. Às dificuldades acima mencionadas produtos do caráter limitado das reformas liberalizantes, agregam-se outras dificuldades provenientes do funcionamento do capitalismo contemporâneo, como a vulnerabilidade da região frente a mercados financeiros globais com baixa regulação e políticas protecionistas no setor agrícola dos países desenvolvidos.

De acordo com a classificação inicial dos Estados nações, segundo a eficiência e eficácia de sua governabilidade, se conclui que os únicos Estados

desenvolvidos da América Latina são Chile e Costa Rica. Os Estados emergentes são México, Brasil, Uruguai, Panamá, El Salvador e República Dominicana. México devido a sua alta integração com a economia americana não está ameaçado significativamente de regressão. Já o Brasil e o Uruguai estão num equilíbrio instável devido que suas dívidas públicas são muito altas e em trajetória de crescimento, além de terem poderosos partidos políticos de esquerda, cujo compromisso com as regras da modernidade capitalista é duvidosa. No caso do Brasil agregam-se os problemas do crescimento do crime organizado e ineficiências do arranjo federativo. No caso do Uruguai agrega-se o problema da baixa competitividade do seu sistema produtivo. Panamá, El Salvador e República Dominicana também estão num equilíbrio precário já que a variável estabilizadora é a crescente integração com a economia americana.

Os Estados semifracassados são Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e Cuba, sendo que as razões para estarem em tal condição são diferentes em cada caso. Na Argentina é a falta de competitividade de sua economia particularmente comparada com as expectativas inflacionadas de sua população e uma estrutura política que promove um excessivo poder dos governadores provinciais. Na Colômbia a guerrilha esquerdista e o narcotráfico, com ligações cada vez mais profundas entre ambos, tem erodido profundamente a fábrica social. No Peru e Equador o principal problema é a supervivência de culturas indígenas de baixa compatibilidade com o capitalismo moderno. Na Venezuela tem havido uma dramática deterioração do sistema político desde início da década de 1980 que produziu, primeiro, altíssimas taxas de corrupção e, finalmente, na segunda metade da década de 1990, o crescimento do populismo na pior tradição latino-americana, que levou ao poder a Chaves. O regime chavista está destruindo rapidamente os componentes de Estado de direito e economia de mercado previamente existentes. Em Cuba a ditadura castrista bloqueia a entrada do país

na modernidade capitalista, apesar de ter um povo com fortes capacidades empreendedoras como o mostra o sucesso da comunidade cubano-americana nos EUA.

Nos Estados fracassados temos uma proporção muito alta da população na pobreza totalmente distanciados da modernidade capitalista e com baixíssimas perspectivas de melhora: Bolívia, Paraguai, Guiana, Suriname, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Haiti.

A principal questão para a dinâmica de América Latina na presente década está relacionada à situação do Brasil. Este país pode consolidar-se como Estado emergente avançando na direção de Estado desenvolvido, continuar como Estado emergente em equilíbrio precário ou cair para Estado semifracassado. Em qualquer dos três cenários seu impacto sobre América Latina será muito forte: como Estado emergente consolidado poderia co-liderar junto com Chile um Mercosul ampliado ao conjunto de América do Sul ou uma rápida formação da ALCA (em ambos casos favorecendo a governabilidade dos outros Estados da sub-região), como Estado emergente precário continuará desempenhando o papel de uma força que incorpora alta incerteza no sistema, e como Estado semifracassado levará ao resto da América do Sul (exceto Chile) a um forte deterioro que provavelmente poderia ser imaginada como uma realidade que combine as atuais Colômbia e Argentina.

Os impactos do 11 de setembro sobre os países latino-americanos tem sido em duas dimensões, de um lado uma drástica diminuição do fluxo de capitais privados, particularmente capitais de curto prazo, produto da crescente aversão ao risco dos inversores dos países desenvolvidos e uma diminuição da tolerância para com as diversas formas de ilícitos transnacionais. A diminuição do fluxo de capitais privados tem tido um efeito devastador sobre todos os Estados semifracassados e fracassados, embora em alguns destes países esta diminuição do fluxo foi substituída por recursos do FMI. Nos países

emergentes a situação é diferenciada. Os fluxos diminuíram apenas parcialmente nos três países (México, Chile e Costa Rica) que estão mais fortemente integrados na globalização, mas tem diminuído muito em Brasil e Uruguai devido a uma trajetória crescente de suas dívidas públicas e ao temor de uma vitória da esquerda nas próximas eleições. Nestes últimos dois países houve uma decisão estratégica da administração Bush de apoiar com fortes recursos do FMI.

Com relação aos ilícitos transnacionais está em processo um combate mais eficaz e coordenado das diversas estruturas militares, de inteligência e policiais contra o narcotráfico e o tráfico de armas. Os dois acontecimentos mais importantes do último ano são o fim da negociação do governo colombiano com a guerrilha das FARC e a eleição de um presidente orientado para o confronto com a guerrilha; e, a inauguração do SIVAM/SIPAM pelo governo brasileiro na Amazônia. O início da operação do sistema de proteção da Amazônia provavelmente aumentará muito a capacidade do Estado nacional brasileiro para combater o crime organizado e pode vir a ter um efeito sinérgico com o Plano Colômbia na direção da destruição da narco-guerrilha. É importante destacar que o governo brasileiro está oferecendo compartilhar o sistema SIVAM/SIPAM com todos os países amazônicos o que poderá levar a um incremento notável na cooperação regional para a segurança. Nove anos depois de ter sido tomada a decisão de construir o sistema vai ficando demonstrado que é uma das políticas públicas mais relevantes da última década no Brasil, devido a ter impacto sistêmico nos setores de segurança, defesa, transporte, comunicações e meio ambiente.

A administração Bush (contrariando os arcaicos temores dos setores nacionalistas e esquerdistas da região) está longe de ver à América Latina como uma peça importante de seu jogo político estratégico. De fato, não temos ainda uma reflexão geopolítica madura sobre o sentido no longo prazo

de uma sólida integração Norte-Sul no Continente. Portanto, não pode estranhar que, após Kennedy (e o fracasso da Aliança para o Progresso) nenhuma administração norte-americana deu sinais claros e decisivos de querer assumir um compromisso de modernização integral (político, militar, econômico, cultural e social) dos principais países da região.

*7 – A RESPOSTA BRASILEIRA: A DIFÍCIL NAVEGAÇÃO DO GOVERNO ENTRE OS CONDICIONAMENTOS DA VULNERABILIDADE FINANCEIRA EXTERNA, A DIVISÃO ENTRE AS ELITES E O ANTIAMERICANISMO DE SEGMENTOS DA POPULAÇÃO*

A política externa brasileira tem lidado com relativo sucesso com o desafio do 11 de setembro. De um lado Cardoso e Itamaraty tiveram a lucidez de convocar imediatamente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Este gesto deu um importante crédito de confiança ao Brasil junto à administração Bush. Contudo, as medidas tomadas pelo Brasil para combater organizações filantrópicas islâmicas suspeitas de ligações com o terrorismo na área da tripla fronteira foram consideradas insuficientes pela administração Bush. Apesar da resposta pró-americana do governo Cardoso houve o desenvolvimento de uma atitude antiamericana em importantes segmentos da população baseado na idéia de que os ataques terroristas explicavam-se pela arrogância imperial dos EUA.

A nova agenda americana com seu foco quase unidimensional na luta contra o terrorismo e seu crescente unilateralismo foi criando problemas crescentes para Brasília, cuja agenda histórica é o desenvolvimento e o multi-lateralismo da ONU. Isto levou a alguns posicionamentos muito críticos do presidente Cardoso com relação à administração Bush (sendo a mais extremada o discurso na Assembléia Nacional francesa em novembro de 2001). As dificuldades agravaram-se com novas medidas

protecionistas no plano do comércio internacional adotadas por Bush a partir de março de 2002 e que prejudicaram diretamente as exportações brasileiras de aço e agrícolas.

Desde janeiro de 2001, a política externa de Bush com relação à América Latina tem sido muito problemática, com pouca ou nenhuma consideração para a opinião e os interesses destes países, exceto com relação ao México e Colômbia antes do 11/9 e por ocasião do recente apoio a Brasil, Uruguai e Paraguai no FMI. O apoio de Bush para um grande empréstimo ao Brasil pode ser considerado uma extraordinária vitória do governo Cardoso derivada de três fontes: de Itamaraty pelo crédito de confiança ganho com a convocação do TIAR, do ministério da defesa pela aceitação de fato do aumento da presença americana na Colômbia, e da equipe Malan-Fraga pela competência dos regimes combinados de câmbio flutuante, superávit primário de 3,5% do PIB e política monetária baseada em metas de inflação.

Desde a aprovação do trade promotion authority para Bush em julho de 2002 existem condições para um aumento da importância de América Latina no radar americano. A maioria dos países é muito favorável a ALCA, sendo que somente Brasil tem restrições abertas e pode ser considerado que México tem restrições cobertas derivadas da perda do lugar de parceiro privilegiado de EUA que a criação da ALCA poderia implicar.

Podemos considerar que existem três visões sobre as relações com EUA nas elites econômica, política, de relações exteriores e de defesa do Brasil: liberal-nacionalista, liberal e nacionalista. Para os liberal-nacionalistas, dominantes no governo Cardoso (particularmente nas elites de relações exteriores e militares), é necessário conter parcialmente a hegemonia americana e conseqüentemente as relações com EUA devem estar baseadas na negociação desde uma posição forte incluindo fortalecer o máximo possível os vínculos com a União Européia como um contrapeso ao poder americano e



para firmar no país um capitalismo com intervenção significativa do Estado na economia (adesão ao modelo europeu contra o modelo americano de capitalismo).

Para um segundo grupo, que podemos denominar liberal, minoritário no governo Cardoso (embora significativo na área econômica) e importante nos setores mais competitivos da economia nacional, é desejável tem uma relação privilegiada com EUA incluindo o reconhecimento pleno de sua hegemonia desde que o Brasil seja apoiado como potencia regional e como lugar de investimentos para as corporações americanas. Para este grupo seria desejável a negociação exitosa da ALCA ou de um acordo de livre comércio com os EUA. Para os liberais o caminho do Brasil deve ser similar ao do Canadá, do México e de Chile, respeitando algumas singularidades derivadas do caráter continental e do gigantismo demográfico do país.

Finalmente, para os nacionalistas, é necessário contrapor-se parcialmente a hegemonia americana, procurando alianças na Europa, Japão, Rússia, China, Índia e África do Sul. Para este grupo Brasil deveria liderar um Mercosul ampliado estendido ao conjunto da América do Sul para contrapor-se a tentativa da ALCA. Para este grupo também seria conveniente ter um papel mais ativo de questionamento do

envolvimento dos militares americanos na Colômbia. Este grupo considera que o interesse nacional brasileiro é contraditório com o americano na Amazônia porque atribui a superpotência a tendência a intervir na região. Os nacionalistas têm presença dominante nos partidos de esquerda e presença significativa nos militares, nos sindicatos e nos setores menos competitivos do empresariado nacional.

O futuro das relações com EUA dependerá em medida importante do resultado das eleições presidenciais do mês próximo, do sucesso do novo empréstimo do FMI e da ativação da ALCA por EUA. Um fracasso do empréstimo do FMI e/ou uma vitória de uma candidatura de oposição nas eleições tenderia a fortalecer aos nacionalistas. A vitória do candidato do governo e/ou um sucesso do empréstimo do FMI levariam a um grande fortalecimento dos liberais e dos liberal-nacionalistas. Uma ativação da negociação da ALCA por parte dos EUA aceleraria e intensificaria os conflitos na elite brasileira e aumentaria provavelmente a importância dos liberais. Considerando o aumento da unipolaridade do mundo depois do 11 de setembro parece claro que os liberal-nacionalistas e os liberais estão em posição mais favorável para imprimir o rumo da política externa brasileira no futuro.



## **Meridiano 47**

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Conselho Editorial:**

**Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.**

**Diagramação e Edit. Eletrônica:** Samuel Tabosa de Castro – [samueltabosa@ig.com.br](mailto:samueltabosa@ig.com.br) – 9956-1028